



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

12/11  
JP

**Reexame Necessário nº 0343393-0**

**Comarca:** Comarca de Garanhuns / Vara da Fazenda Pública de Garanhuns

**Autor:** Estado de Pernambuco

**Réu:** Maria Geraldina Araujo da Silva

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. CONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº18 DO TJPE. SÚMULA Nº51 DO STJ. MEDICAMENTO INDISPENSÁVEL AO TRATAMENTO DO PACIENTE - INSULINA LANTUS. MOLÉTIA - DIABETTES MELLITUS. NÃO PROVIMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO.**

1. O direito à saúde é assegurado a todos, devendo os necessitados receber do ente público o tratamento devido de acordo com sua moléstia, no caso em tela, o apelado é portador de DIABETTES MELLITUS, conforme laudos médicos, necessitando do medicamento INSULINA LANTUS.

2. Aplicação do Art. 196 da Constituição Federal, Lei nº 8.080/90, em seu Art. 2º e Súmula 18 deste próprio Tribunal, que assim preceitua: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lei oficial".

3. Súmula nº 51. O Estado e Município, com cooperação da União, têm o dever de garantir serviço de atendimento à saúde da população, inclusive disponibilizando leitos de UTI na rede privada, quando não suprimida a demanda em hospitais públicos.

4. O direito ao tratamento médico-hospitalar decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da



150  
70

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

5. Não provimento do Reexame Necessário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de **Reexame Necessário nº 0343393-0**, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na sessão do dia 25/09/2014, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Reexame Necessário, para manter a sentença inalterada, tudo na conformidade do voto e demais termos que integram o presente julgado.

P.R.I.

Recife, 25/09/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Reexame Necessário nº 0343393-0**

**Comarca:** Comarca de Garanhuns / Vara da Fazenda Pública de Garanhuns

**Autor:** Estado de Pernambuco

**Réu:** Maria Geraldina Araujo da Silva

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Reexame Necessário nº 0343393-0**, interposto pelo Estado de Pernambuco, em face de sentença proferida que julgou procedente a Ação Ordinária nº 0002164-95.2009.8.17.0640, proposta por Maria Araújo da Silva, determinando que o Estado de Pernambuco forneça a autora, portadora de Diabetes Mellitus, o medicamento denominado Insulina Lantus, na quantidade prevista na prescrição médica constante nos autos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa diária fixada em R\$ 300,00 (trezentos reais).

Não foram interpostos recursos voluntários, conforme certificado nas fls. 124.

Deu-se vista ao MP, e o mesmo opinou pelo não provimento do Reexame Necessário, devendo ser mantida, na íntegra, a sentença por todos os seus fundamentos.

É o relatório. À revisão.

Recife, 04/09/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Reexame Necessário nº 0343393-0**

**Comarca:** Comarca de Garanhuns / Vara da Fazenda Pública de Garanhuns

**Autor:** Estado de Pernambuco

**Réu:** Maria Geraldina Araujo da Silva

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

O Estado de Pernambuco, irresignado, pretende reformar a decisão do Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública de Garanhuns, que determinou ao Estado de Pernambuco, em face de sentença proferida que julgou procedente a Ação Ordinária nº 0002164-95.2009.8.17.0640, proposta por Maria Araújo da Silva, determinando que o Estado de Pernambuco forneça a autora, portadora de Diabettes Mellitus, o medicamento denominado Insulina Lantus, na quantidade prevista na prescrição médica constante nos autos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa diária fixada em R\$ 300,00 (trezentos reais).

No caso em concreto, a ingerência do Poder Judiciário reputa-se necessária, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através de norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, que assim preceitua:

***"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".***

Assim, tem-se que constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida.

Assim, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se a quaisquer dos entes de direito público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Com efeito, deve ser considerado que o art. 196 da Constituição Federal impõe ao Estado (em suas três esferas) o dever de política social e



158

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

econômica que visem reduzir doenças, com manutenção dos serviços pertinentes, assegurando-se direito à saúde a todos os cidadãos, sendo conveniente ressaltar que existe Sistema Único de Saúde, com financiamento de recursos da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, nos termos do que dispõe o artigo 198 da Carta Magna.

A Lei nº 8.080/90, em seu artigo 2º, repetiu que a saúde é um direito fundamental do ser humano, incumbindo ao Estado prover as condições ao seu pleno exercício, disciplinando o SUS, incumbindo aos entes referidos a prestação de serviços de saúde à população.

Diante disto, não há que se falar que o Poder Judiciário acaba desequilibrando o sistema, com a lesão à participação democrática, à igualdade e ao atendimento da imposição constitucional de existência de uma política de saúde pública. Ou mesmo que a justiça esta agindo ao bel-prazer do apelado, uma vez que caracterizada a urgência do atendimento devido à parte, prima-se pelo direito à vida acima de tudo. Não havendo dúvida quanto ao fato de que deve se dar prioridade absoluta ao direito postulado já que devemos ter respeito ao ser humano, que nesse caso se encontra sobre moléstia grave.

Desta forma, incumbe ao cidadão optar dentre os entes públicos referidos qual o que deve lhe prestar assistência à saúde em atendimento à norma do artigo 196 da Constituição Federal, pois todos são legitimados passivos para tanto, à luz das normas vigentes, antes referidas, que regulamentaram a norma constitucional mencionada.

Neste sentido, entende o STJ:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE.

1. Esta Corte tem reconhecido que os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, têm o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma



153

Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. In casu, não havendo prova documental de que o remédio fornecido gratuitamente pela administração pública tenha a mesma aplicação médica que o prescrito ao impetrante - declarado hipossuficiente -, fica evidenciado o seu direito líquido e certo de receber do Estado o remédio pretendido.

5. Recurso provido.

RMS 17425 / MG, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 14/09/2004, DJ 22.11.2004 p. 293

No caso, a responsabilidade no tocante ao pedido deduzido na inicial incumbe ao demandado, uma vez que a parte optou por mover a ação contra este.

Neste sentido:

CONSTITUCIONAL. DIREITO À VIDA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. FALTA DE PROVA IDÔNEA QUANTO AO RISCO DE VIDA. IMPOSSIBILIDADE. 1. É desnecessário, para acudir à via jurisdicional, esgotar ou pleitear na instância administrativa. Preliminar rejeitada. 2. Legitima-se o Município de Santo Antônio da Patrulha, passivamente, em demanda em que alguém pleiteia a realização de exame de ressonância magnética, nos termos da Lei nº 8.080/90. Preliminar rejeitada. 3. O fornecimento gratuito de medicamentos pelo Estado e pelo Município, exige que o remédio seja excepcional e indispensável à vida do paciente. 4. APELAÇÕES PROVIDAS. (APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO Nº 70008093932, QUARTA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: DES. ARAKEN DE ASSIS, JULGADO EM 17/03/2004)

APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C O ART. 241 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO POR QUALQUER DOS ENTES PÚBLICOS. 1. O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui responsabilidade solidária da União, do Estado e do Município, derivada do artigo 196 da Constituição Federal c/c o art. 241 da Constituição Estadual, permitindo ao cidadão exigir, em conjunto ou separadamente, o cumprimento da obrigação de qualquer dos entes públicos. 2. É dever do Município fornecer medicamentos a pessoas carentes, demonstrados os pressupostos constantes da Lei nº 9.908/93. Preliminar rejeitada. Apelação desprovida. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70008743460, VIGÉSIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: DES. MARCO AURÉLIO HEINZ, JULGADO EM 18/08/2004).



154

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Há prova da doença do autor, com indicação do tratamento descrito na inicial, documentos que servem perfeitamente para comprovar a necessidade da parte, que não possui condições de arcar com seu tratamento em rede privada.

Deve ser salientado que a pretensão da parte apelada está sustentada em documentação, firmada pelo profissional médico que o acompanha, e, por este motivo, possui melhores condições de prescrever o tratamento correto, não havendo demonstração suficiente no sentido de afastar tal prescrição.

Existe um bem maior que é a vida, com respectivo direito à saúde assegurado constitucionalmente, conforme antes mencionado, bem que tem o maior valor, devendo ser sempre o bem preponderante sobre os demais direitos assegurados no texto constitucional, significando que entre os dois valores em jogo, direito à vida e o direito do ente público de bem gerir as verbas públicas, sob qualquer ótica, deve prevalecer o bem maior, conforme antes referido.

No caso em espécie, ao apelado é assegurado a obrigação do Estado de promover a internação de paciente de rede pública em leito de Unidade de Terapia Intensiva, público ou privado, pela **Súmula nº 51**, in verbis:

**Súmula nº 51. O Estado e Município, com cooperação da União, têm o dever de garantir serviço de atendimento à saúde da população, inclusive disponibilizando leitos de UTI na rede privada, quando não suprimida a demanda em hospitais públicos.**

Com efeito, por si só, a interposição do presente recurso de *apelação* deixa evidente a resistência do Estado de Pernambuco em fornecer a pretensão ministerial, ademais, a jurisprudência deste Tribunal Local e do Superior Tribunal de Justiça dão guarida ao pleito posto na exordial da ação originária, a começar pela **Súmula 18 deste próprio Tribunal**, que assim preceitua:

**"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".**

Cabe ao Estado, portanto, destinar recursos suficientes em seu orçamento para não inviabilizar o fornecimento de tratamento médico em hipóteses tais, já que, conforme preceitua Ives Gandra Martins, **"o ser humano é a única razão do Estado. O Estado está conformado para**



155  
20

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

***servi-lo, como instrumento por ele criado com tal finalidade. Nenhuma construção artificial, todavia, pode prevalecer sobre os seus inalienáveis direitos e liberdades, posto que o Estado é um meio de realização do ser humano e não um fim em si mesmo"*** (Caderno de Direito Natural – Lei Positiva e Lei Natural, nº 1, Centro de Estudos Jurídicos do Pará, 1985, p. 27).

No aspecto a obrigação do Estado de promover a saúde é mais que evidente, portanto nenhuma reforma merece a sentença.

Ante o exposto, nego seguimento ao Reexame Necessário mantendo a sentença inalterada.

É como voto.

Recife, 25/09/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



196



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Reexame necessário nº 343393-0**

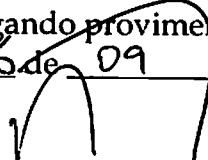
**Autor:** Maria Geraldina Araújo da Silva.

**Réu:** Estado de Pernambuco.

**VOTO DE REVISÃO**

Após análise das questões de fato e de direito debatidas nos presentes autos, estou convencido do acerto do voto do eminente relator, razão pela qual voto no mesmo sentido, negando provimento ao reexame necessário.

Recife, 25 de 09 de 2014

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Revisor**